Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia e Ciência Política
Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas e Opinião Pública - NIPP
Projeto PIBIC/UFSC 2023/2024

Orientador: Prof. Dr. Julian Borba
Bolsistas: Gabriela D'Agostini Contreiras Rodrigues (21204117)
Pietra Giulianna de Andrade Cretella (21100979)
Autoria do relatório: Gabriela D'Agostini Contreiras Rodrigues

RELATÓRIO FINAL

As Bases das Clivagens na América Latina: Um estudo comparado

CLIVAGENS POLÍTICAS NO BRASIL

RESUMO

Este relatório questiona a existência de clivagens políticas no Brasil. Ao trazer essa pergunta de pesquisa, confrontamos parte da literatura que defende a não existência desse fenômeno, devido a ausência de condições institucionais. Para isso, mobilizamos autores que criticam essa leitura de limites institucionais e autores que atualizam o debate teórico sobre clivagens políticas. A partir dessas literaturas, sustentamos que, em 2022, há indícios de clivagens parciais (*position divide*) no Brasil. Para testar essa hipótese, utilizamos dados do World Values Survey 2018 e testes de associação. Os resultados corroboram parcialmente nossa hipótese. Concluímos destacando os desafios de se analisar esse fenômeno a partir dos dados disponíveis.

Palavras-chave: características censitárias; clivagens no Brasil; comportamento político.

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de iniciação científica é a continuidade de uma agenda de pesquisas já iniciada no ciclo de 2022/2023, com foco nas atitudes e no comportamento político dos eleitores. Essas pesquisas estão sendo desenvolvidas no Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas e Opinião Pública (NIPP), em parceria com diversos núcleos de pesquisa de outras universidades. Enquanto no ciclo anterior as investigações se concentraram em questões relacionadas à América Latina, nesta fase optamos por aprofundar o estudo sobre o contexto brasileiro e suas particularidades. Dessa maneira, este estudo foi concebido e desenvolvido com o objetivo de resultar em um artigo acadêmico, contribuindo para a discussão sobre as clivagens políticas no Brasil.

Nações com uma história marcada por regimes autoritários, como o Brasil, tendem a apresentar sistemas partidários de estrutura frágil e identidades partidárias pouco consolidadas na opinião pública. Nesse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: existem clivagens políticas no Brasil?.

O sistema político brasileiro, moldado por períodos autoritários e um processo recente de redemocratização, é caracterizado por um sistema de lista aberta, clientelismo e um grande número de partidos. Estudar as clivagens políticas no Brasil se apoia na necessidade de compreender as dinâmicas eleitorais em um sistema caracterizado pela alta fragmentação partidária, a volatilidade do voto e a baixa identificação partidária. Assim, identificar clivagens políticas tradicionais é mais complexo. Recentemente, o Brasil tem enfrentado desafios significativos na consolidação de sua democracia, com um aumento notável na polarização política e social (Fuks e Marques; 2020). Esse cenário foi acentuado pelo crescimento do conservadorismo, evidenciado pela eleição de Jair Bolsonaro em 2018, que refletiu e amplificou novas clivagens ideológicas(Layton et al. (2021).

Este trabalho utiliza como base a teoria das clivagens de Lipset e Rokkan (1967), complementada pelo conceito de clivagens parciais de Deegan-Krause (2007; 2013). A literatura clássica sobre clivagens propõe que os partidos políticos refletem divisões estruturais da sociedade, como classe social, religião, etnia e região (Lipset & Rokkan, 1967). Entretanto, Deegan-Krause (2007; 2013) sugere que o conceito de clivagens deve ser ajustado para acomodar as características de sistemas políticos menos estáveis e altamente fragmentados, como o brasileiro. Em contraste, Borba et al. (2025) argumentam que, devido à fragmentação partidária e às peculiaridades do sistema eleitoral brasileiro, a teoria clássica pode não se aplicar de maneira rígida ao contexto do país.

Por outro lado, algumas literaturas desafiam a visão de que a fragmentação e volatilidade dos sistemas eleitorais brasileiros impedem a existência de clivagens políticas estruturantes. Scott Mainwaring (1991, 2005) e Mariano Torcal (2005) ressaltam a fragilidade institucional dos sistemas partidários na América Latina, caracterizados por elevada volatilidade eleitoral, personalismo político e fraca identificação partidária. Esses fatores, conforme eles argumentam, dificultam a formação de divisões políticas estáveis entre os eleitores e impedem a consolidação de clivagens políticas duradouras. Além disso, em sistemas partidários pouco institucionalizados, como o brasileiro, a fragmentação e a fluidez das alianças agravam a desconexão entre partidos e bases eleitorais, o que pode ser exacerbado pela influência de lideranças populistas.

No entanto, evidências recentes contestam essa perspectiva ao identificar a presença de clivagens na América Latina. Moreno (1999) demonstra que, mesmo em contextos instáveis, clivagens baseadas em desigualdades socioeconômicas e questões regionais continuam a ter um impacto profundo na política da região. Boas e Smith (2015)

complementam essa visão ao observar que a política latino-americana é moldada por clivagens ideológicas e sociais, especialmente em torno de temas como neoliberalismo e políticas de redistribuição. A análise de Mainwaring e Torcal (2003), apesar de focar na fragmentação partidária, revela que clivagens relacionadas a questões de identidade e desigualdade permanecem influentes na configuração dos sistemas partidários. Bonilla et al. (2011) e Somma (2015) reforçam essa análise ao identificar clivagens baseadas em questões étnicas e polarização ideológica, evidenciando que essas divisões desempenham um papel significativo na política da região. Para o caso brasileiro, Guarnieri (2019) observa que, apesar da aparente fragmentação, há sinais de um congelamento das clivagens políticas, sugerindo uma estrutura mais estável do que pode parecer superficialmente.

Além disso, Borba et al. (2025) identificam a presença de clivagens estáveis no eleitorado brasileiro, especialmente em torno da dimensão liberal-fundamentalista. Eles demonstram que essa dimensão está associada a características sociodemográficas e preferências partidárias, apoiando a formação de clivagens parciais conforme Deegan-Krause (2013). Esses autores afirmam que, apesar da complexidade do contexto brasileiro, ele pode ser compreendido através da lente das clivagens políticas, especialmente aquelas que emergem de questões culturais e religiosas.

Diante desse novo contexto de clivagens políticas e sociais, este trabalho tem como objetivo atualizar as discussões sobre o tema, investigando a existência de divisões na opinião pública com foco na dimensão liberal-fundamentalista. Em especial, exploramos a relação entre características sociodemográficas e posicionamentos políticos para verificar como essas divisões se refletem no comportamento eleitoral.

O estudo das clivagens políticas no Brasil enfrenta desafios específicos. As características já mencionadas de volatilidade eleitoral, a fragmentação partidária e a baixa identificação com partidos tradicionais dificultam a identificação de divisões estáveis. Além disso, as rápidas mudanças no cenário político e social exigem que os modelos teóricos sejam constantemente revisados para refletir o dinamismo do comportamento eleitoral.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para investigar a existência de clivagens políticas no Brasil, utilizamos dados que revelam divisões significativas na opinião pública com base em características sociodemográficas e ideológicas. Esses dados incluem informações sobre atitudes políticas, valores e identidades sociais, bem como variáveis sociodemográficas que possam influenciar essas atitudes. A análise visa identificar padrões de alinhamento e divisão entre diferentes grupos da sociedade, ajudando a entender as clivagens políticas.

Os dados foram obtidos da World Values Survey (WVS) 2018, onda 7 (2017-2020). A base de dados foi criada a partir de um desenho amostral estratificado e representativo da população brasileira, com amostras ajustadas por região, sexo, idade e nível educacional. As variáveis foram processadas e recodificadas conforme necessário para a análise. Assim, a variável dependente é composta por medidas da dimensão liberal-fundamentalista, conforme proposto por Borba et al. (2025). Em vez de utilizar a medida composta de forma integral, optou-se por analisar cada uma das variáveis que a compõem isoladamente.

Já as variáveis independentes incluem o sexo, que foi mantido no formato original do World Values Survey (WVS), com os participantes codificados como 1 para masculino e 2 para feminino. A idade foi considerada como uma variável contínua, que foi recodificada em intervalos que variam de 16 a 65 anos ou mais. A etnia foi classificada de forma binária, com os respondentes categorizados como brancos ou não brancos. Já a renda foi mantida conforme o formato original que categoriza a renda em diferentes faixas. Finalmente, a religiosidade, inicialmente coletada em uma escala de 1 a 7 que mede a frequência de participação em serviços religiosos, foi recodificada em três categorias: baixo comparecimento (valores 6 e 7), médio comparecimento (valores 3, 4 e 5) e alto comparecimento (valores 1 e 2), de acordo com a abordagem de Borba et al. (2025). Tais questões e modificações podem ser vistas nas tabelas abaixo.

A pesquisa segue um desenho quantitativo com abordagem correlacional. Utilizamos o teste de correlação de Pearson para analisar as associações entre as variáveis sociodemográficas e as posições políticas dos eleitores. A análise inicial focou na correlação entre os itens que compõem a dimensão liberal-fundamentalista, seguida pela análise dos correlatos sociodemográficos dessas posições. Para garantir a robustez dos resultados, a Correlação de Pearson foi usada para verificar a força e a direção das associações entre as variáveis contínuas.

Para avaliar o impacto das variáveis sociodemográficas sobre as posições ideológicas, Borba, Amorim, Ferreira e Leal não reportaram os valores das comunalidades na Análise Fatorial. A comunalidade indica o quanto a variância de cada item é explicada pelo fator latente. Com base nos resultados do teste de correlação, suspeitamos que as comunalidades do modelo proposto sejam baixas. Embora uma baixa comunalidade não conteste automaticamente a medida liberal-fundamentalista, ela requer uma justificativa teórica robusta para o índice extraído.

Tabela 1 – Medida das variáveis.

Variáveis Independentes	Medida original	Após tratamento	
Q171: Comparecimento em serviços religiosos;	1 à 7	1 - 2 = alto 3 - 4 - 5 = médio 6 - 7 = baixo	
Q290: Grupo étnico;	1= Branco 2 = Negro 3 = Moreno ou pardo 4 = Oriental: chinês, japonês etc 5 = Indígena 6 = Outro	1 = Branco 2 - 3 - 4 - 5 - 6 = Não Branco	
x003r. Idade recodificada	16 - 24 25 - 34 35 -44 45-54 55-64 65 e mais		
Q260 . Sexo	Q260. Sexo 1 - Masculino 2 - Femino		
Q288 . Renda	1 - Nível mais baixo de salários 2 á 9 10 - Nível mais alto de salários		

Tabela 2 – Questões

Issues Utilizadas - Questões					
WVS 2018					
Q6. Importância na vida: Religião;					
Q15. Qualidade das crianças: fé					
religiosa;					
Q22. Vizinhos: Homossexual;					
Q36. Pais homossexuais;					
Q106. Equidade de renda;					
Q107. Propriedade do negócio;					
Q108. Responsabilidade de garantir					
igualdade;					
Q109. Competição;					
Q164. Importância de Deus em sua					
vida;					
Q165. Você acredita em Deus;					
Q171. Comparecimento em serviços					
religiosos;					
Q182. Justificável:					

Homossexualidade;
Q184. Justificável: Aborto;
Q185. Justificável: Divórcio;
Q193. Justificável: Sexo Casual;
Q240. Autoposicionamento
ideológico.
Q260. Sexo;
x003r. Idade recodificada;
Q288. Renda;
Q290. Grupo étnico.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Antes de avançarmos para a próxima seção, é fundamental examinar o comportamento das variáveis principais em nosso estudo. Iniciamos a discussão com a validação da medida liberal-fundamentalista adaptada por Borba et al. (2024). Realizamos um teste de confiabilidade para essa medida, cujos resultados estão ilustrados no gráfico de correlação (heatmap). Observamos fraquezas significativas nas correlações entre as variáveis, o que levanta a necessidade de revisar ou justificar melhor, do ponto de vista teórico, a construção dessa dimensão latente. A Figura 1 (heatmap) revela uma baixa confiabilidade da medida liberal-fundamentalista, especialmente nas correlações entre itens como equidade de renda, propriedade de negócio, e questões relacionadas à homossexualidade. Muitos desses itens, como a garantia de igualdade de direitos e a competição, apresentaram quase nenhuma associação, o que sugere que a construção da dimensão pode precisar de uma revisão teórica e metodológica.

A análise revelou que as comunalidades dos itens na Análise Fatorial são baixas, o que indica que a variância explicada pelo fator latente pode ser insuficiente. Embora uma baixa comunalidade não invalide automaticamente a medida, ela exige uma justificativa robusta para o índice proposto. Essa questão é particularmente relevante no contexto brasileiro, onde a estrutura ideológica do eleitorado não é bem consolidada. Com as evidências recentes sobre o efeito da polarização na organização ideológica dos eleitores (Fuks e Marques, 2021), pode haver a possibilidade de identificar dimensões latentes mais confiáveis com parâmetros estatísticos mais ajustados.

Diante da limitação na confiabilidade da medida liberal-fundamentalista, optamos por uma abordagem alternativa para analisar as associações entre características sociodemográficas e posições políticas. Em vez de utilizar a dimensão liberal-fundamentalista, decidimos examinar as variáveis individualmente. Essa abordagem

proporcionou uma análise mais direta das relações entre características sociodemográficas e posições políticas, oferecendo uma visão mais específica e detalhada.

A análise dos dados revela indícios de clivagens parciais, especialmente ao focar no ano de 2018. A revisão do modelo de Borba et al. mostrou que variáveis como sexo, etnia e renda não se mostraram estatisticamente significativas para a dimensão liberal-fundamentalista conforme proposta pelos autores. No entanto, nossa análise individual dos dados revelou que essas variáveis são, na verdade, significativas, sugerindo que a influência de fatores como renda e idade pode ter sido subestimada ou não capturada adequadamente no modelo original.

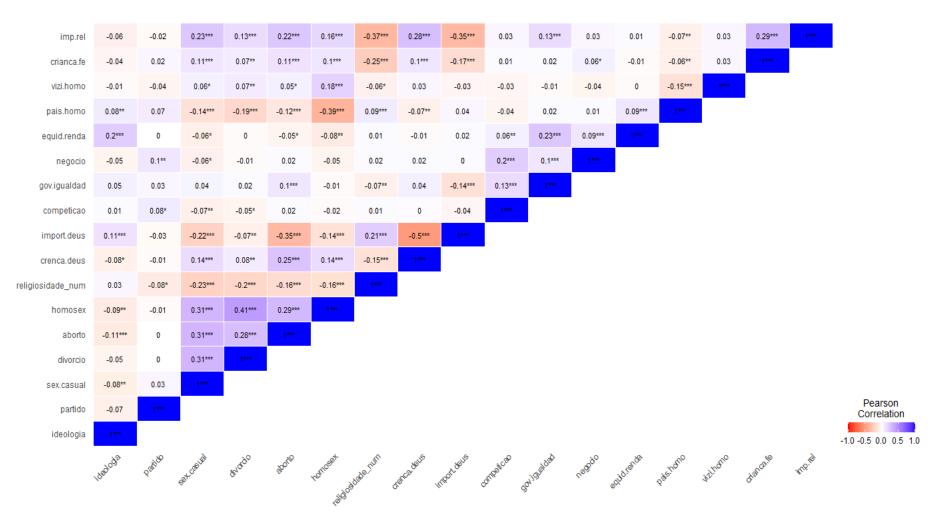
Além disso, duas variáveis que foram excluídas da medida liberal-fundamentalista por Borba et al., Q22 (preferência por ter vizinhos homossexuais) e Q15 (ensinar a fé religiosa em casa), se mostraram relevantes em nossa análise. Essas variáveis apresentaram significância estatística, contrastando com o modelo original, e indicam que suas influências podem ter sido subestimadas. Isso sugere que o modelo proposto por Borba et al. pode não ter capturado completamente a complexidade das atitudes ideológicas no Brasil.

Nossa análise também revelou diferenças significativas no conservadorismo entre homens e mulheres. A variável Q15 mostra que, em termos de religiosidade, as mulheres tendem a ser mais conservadoras do que os homens, evidenciado pela maior frequência feminina em serviços religiosos e adesão a normas religiosas tradicionais. No entanto, as mulheres se mostraram menos conservadoras do que os homens em relação ao aborto, refletindo um padrão divergente que sugere uma complexidade nas atitudes conservadoras que não é capturada por uma visão unidimensional do conservadorismo.

Por outro lado, a variável Q193 revelou que, no que diz respeito ao sexo casual, as mulheres tendem a ser mais conservadoras do que os homens, alinhando-se com pressões culturais para aderir a normas conservadoras sobre comportamentos sexuais. Comparando Q15 e Q193, observamos que as mulheres adotam posturas variadas dependendo do contexto, indicando que o conservadorismo não é uniforme entre diferentes aspectos analisados.

Por fim, a variável de autoposicionamento ideológico (Q240), que avalia a posição na escala esquerda-direita, apresentou uma alta taxa de valores ausentes (640), possivelmente devido à dificuldade dos respondentes em categorizar suas posições políticas de forma precisa. Essa alta taxa de não resposta pode refletir a complexidade e a falta de clareza nas posições ideológicas dos entrevistados, sugerindo que a medida pode não capturar plenamente a diversidade das opiniões políticas

Imagem I - Heatmap.



Fonte: autoria própria.

Tabela 2 – Resultados do teste de correlação.

Resultados Teste de Correlação de Pearson (p-value)							
características sociodemográficas							
Variáveis	religiosidade	sexo	idade	renda	etnia		
imp.rel	0.366***	-0.109***	-0.143***	0.033	-0.086***		
crianca.fe	0.252***	-0.066**	-0.117***	0.020	0.010		
vizi.homo	0.059*	0.097***	-0.087***	0.036	-0.030		
pais.homo	-0.085***	-0.190***	0.161***	-0.055*	0.079**		
equid.renda	-0.013	-0.037	0.045	0.076**	-0.002		
negocio	-0.017	0.082***	-0.092***	-0.049	0.113***		
gov.igualdad	0.066**	-0.015	-0.026	0.061*	-0.006		
competicao	-0.014	0.122***	-0.060*	-0.036	0.041		
import.deus	-0.210***	0.067**	0.164***	-0.140***	0.061*		
crenca.deus	0.148***	-0.024	-0.112***	0.051*	-0.082***		
homosex	0.157***	0.123***	-0.153***	0.052*	-0.087***		
aborto	0.186***	0.023	-0.179***	0.110***	-0.058*		
divorcio	0.218***	0.037	-0.056*	-0.012	-0.009		
sex.casual	0.243***	-0.130***	-0.205***	0.092***	-0.049		
partido	0.061	0.025	0.006	0.012	0.135***		
ideologia	-0.038	-0.042	0.065*	0.027	-0.004		

Fonte: autoria própria.

4 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo investigar a existência de clivagens políticas no Brasil, especialmente em relação à dimensão liberal-fundamentalista e suas associações com variáveis sociodemográficas. A teoria tradicional das clivagens políticas sugere que existe uma relação estática e rígida entre ideologia e características sociodemográficas. No entanto, nossos resultados não conseguiram rejeitar a hipótese nula de que não existem clivagens políticas significativas no Brasil. Em outras palavras, não encontramos evidências robustas o suficiente para afirmar que há associações significativas entre as variáveis sociodemográficas e as posições políticas dos eleitores no contexto analisado.

Ao testar as variáveis de forma independente, nossa análise revelou correlações significativas, principalmente com religiosidade, sexo e idade, em relação a várias questões políticas. Contudo, ao considerar a dimensão liberal-fundamentalista como um todo, não conseguimos detectar clivagens políticas significativas. Esses resultados corroboram a teoria de clivagens parciais proposta por Deegan-Krause (2013), que sugere que a relação entre ideologia e características sociodemográficas não é tão rígida quanto sugerido pelos modelos tradicionais. A análise mostrou que, embora variáveis como religiosidade estejam associadas a posturas conservadoras em algumas áreas, outras atitudes, como as relacionadas ao aborto e ao sexo casual, apresentaram padrões que desafiam uma interpretação unidimensional do conservadorismo. Isso indica que o conservadorismo pode se manifestar de maneiras variadas e complexas, e que as clivagens políticas podem ser influenciadas por múltiplos fatores e contextos culturais.

É importante notar algumas limitações deste estudo. A dificuldade em identificar clivagens políticas significativas pode refletir a complexidade da configuração ideológica no Brasil, especialmente à luz da recente reconfiguração política com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A eleição de Bolsonaro não só intensificou a polarização, mas também provocou uma reestruturação das clivagens políticas, introduzindo novas dimensões e complexidades que podem ter impactado a consistência ideológica do voto. Além disso, a baixa confiabilidade de algumas medidas e a dificuldade de categorizar as posições políticas podem ter contribuído para as dificuldades encontradas na análise.

A partir dos resultados obtidos, diversas agendas de pesquisa se abrem. Primeiramente, é crucial revisar e aprimorar a medida liberal-fundamentalista para que seja mais robusta e teoricamente fundamentada. Estudos futuros podem explorar novas dimensões ideológicas e como estas se relacionam com características sociodemográficas de maneira mais detalhada. A análise longitudinal pode oferecer uma visão mais ampla sobre a evolução das clivagens políticas no Brasil, considerando a recente polarização e reconfiguração política. Além disso, a influência das novas dinâmicas políticas, como a ascensão de Bolsonaro, deve ser investigada para entender como essas mudanças impactam as atitudes políticas e as clivagens existentes.

7. REFERÊNCIAS

AMES, Barry; BAKER, Andy; RENNO, Lucio R. Split-ticket voting as the rule: Voters and permanent divided government in Brazil. Electoral Studies, v. 28, n. 1, p. 8-20, 2009.

Bartolini, Stefano, & Mair, Peter. (1990), *Identity, Competition and Electoral Availability*. Cambridge University Press, New York.

BORBA, Julian et al. Existem clivagens políticas no Brasil?. Revista Dados, no prelo.

BORBA, Julian et al. Polarização ideológica entre deputados federais no Brasil (2005-2021). Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 37, n. 81, p. e20240111, 2024.

BORNSCHIER, Simón. Trayectorias históricas y responsiveness del sistema de partidos en siete países de América Latina. América Latina Hoy, v. 65, p. 45-77, 2013.

BORNSCHIER, Simon. Historical polarization and representation in South American party systems, 1900–1990. British Journal of Political Science, v. 49, n. 1, p. 153-179, 2019.

BORNSCHIER, Simon. Combining deductive and inductive elements to measure party system responsiveness in challenging contexts: an approach with evidence from Latin America. European Political Science, v. 19, p. 540-549, 2020.

CAMPBELL, A., et al. The American voter. New York: John Wile, 1960.

DALTON, Russell J. Citizen politics: Public opinion and political parties in advanced industrial democracies. Cq Press, 2018.

DALTON, Russell J. Modeling ideological polarization in democratic party systems. Electoral Studies, v. 72, p. 102346, 2021.

DEEGAN-KRAUSE, Kevin. (2013), "Full and partial cleavages", in Berglund, Sten; Ekman, Joakim; Deegan-Krause, Kevin; Knutsen, Terje (org.), *The handbook of political change in Eastern Europe*. Edward Elgar Publishing, pp. 35-50.

INGLEHART, Ronald. Long term trends in mass support for European unification. Government and opposition, v. 12, n. 2, p. 150-177, 1977.

FLANAGAN, Scott C.; DALTON, Russell J. Parties under stress: Realignment and dealignment in advanced industrial societies. West European Politics, v. 7, n. 1, p. 7-23, 1984.

Fuks, Mário; Marques, Pedro Henrique. (2021), "Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018". *Opinião Pública*, 26, 401 430. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-01912020263401.

Guarnieri, Fernando. (2019), "Estabilidade na mudança: famílias de partidos e a hipótese do congelamento do sistema partidário no Brasil (1982-2018)". *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 42. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2019v18n42p224.

Layton, Matthew; Smith, Amy Erica; Moseley, Mason; Cohen, Mollie. (2021), "Demographic polarization and the rise of the far right: Brazil's 2018 presidential election". *Research and Politics*, vol. 8, no 1. Disponível em: https://doi.org/10.1177/2053168021990204.

Lipset, Seymour Martin; Rokkan, Stein (org.). (1967), *Party systems and voter alignments: Crossnational perspectives*. New York: Free Press.

MAINWARING, Scott. Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil. 1999.

MAINWARING, Scott et al. (Ed.). Building democratic institutions: Party systems in Latin America. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MORENO, Alejandro. Ideología y voto: dimensiones de competencia política en México en los noventa. Política y Gobierno, volumen VI, número 1, 1er semestre de 1999, pp 45-81, 1999.

WATTENBERG, Martin P. The decline of American political parties, 1952-1996. Harvard University Press, 2009.

WELZEL, Christian; INGLEHART, Ronald. Liberalism, postmaterialism, and the growth of freedom. International Review of Sociology, v. 15, n. 1, p. 81-108, 2005.